

Estudo Técnico Preliminar 401/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 22755/2023

2. Descrição da necessidade

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão tem como finalidade capacitar os servidores para que adquiram conhecimentos e competências essenciais relacionadas aos temas abordados no programa do curso. Na SEMANA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA serão oferecidos diversos cursos que proporcionará aos participantes conhecimentos atualizados e relevantes em administração orçamentária, tornando-os mais qualificados para lidar com questões financeiras.

Além disso, tem como objetivo capacitar os servidores para que adquiram conhecimentos e competências essenciais relacionadas aos temas abordados no programa do curso. Como fortalecer o entendimento dos conceitos fundamentais, para que os servidores compreendam de forma sólida os conhecimentos acerca da administração financeira, dotando os servidores de ferramentas relativas ao planejamento e ao orçamento, trazendo capacitação aos agentes públicos envolvidos com as atividades.

O objetivo do curso da Semana Nacional de Administração Orçamentária e Financeira é atualizar e aperfeiçoar os conhecimentos relacionados à administração financeira no contexto da gestão pública. Ele visa capacitar os agentes públicos envolvidos no ciclo de gestão de recursos públicos, fornecendo-lhes ferramentas e técnicas necessárias para um melhor planejamento e orçamento, promovendo a eficiência na alocação de recursos e contribuindo para a transparência na gestão orçamentária. O curso também se concentra em promover a integração das entidades públicas e melhorar a prestação de serviços à sociedade. Isso ajudará os servidores a desempenhar suas funções de maneira mais eficaz e alinhada com as melhores práticas.

Neste contexto, a Administração Pública deve servir de exemplo e contar com servidores qualificados e competentes ao desenvolvimento de suas funções, balizados no fundamento legal (Lei n. 8.666/93 em seus art. 58, inciso III c/c art.67; e a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos n. 14.133/2021 em seus art. 104 e 117,c/c art. 7). Proporcionar capacitação aos servidores se torna essencial para a Administração Pública, pois proporciona a eles o aprimoramento de habilidades já existentes e aquisição de novas, o que, por sua vez, contribui para a eficácia e eficiência na gestão dos recursos públicos.

Além disso, a capacitação promove um ambiente de trabalho mais qualificado e motivado, resultando em melhores serviços prestados à sociedade. O curso de Administração Orçamentária e Financeira visa, portanto, capacitar os servidores para lidar com os desafios complexos da gestão financeira pública, fortalecendo a governança, a transparência e a responsabilidade na administração dos recursos públicos. O curso garantirá que os servidores estejam atualizados e aptos a lidar com os desafios complexos que enfrentam na gestão pública, proporcionando a junção de conhecimento e técnica no desenvolvimento das atividades.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA MUN. PLANEJ. ORÇAMENTO E GESTÃO	ELIZETE GONÇALVES DE LIMA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

A contratação deverá atender: A empresa ou o profissionais deve deter notória especialização .

Profissionais doutores, mestres e especialistas em diversas áreas, com alto nível de conhecimento e experiência, que atuam aliando teoria e prática, sempre observando a legislação vigente e a jurisprudência dominante. Requisitos necessários para o

atendimento da necessidade do fornecimento de serviço técnico especializado, com objeto singular, que considera aspectos objetivos e subjetivos correlacionados às necessidade de desenvolvimento e atualização intelectual dos servidores mobilizados

Serviço não continuado onde trata-se da contratação de ação de desenvolvimento para um (1) servidor, mobilizado da secretária que ira participar: SEMPOG

O referido curso terá a duração de 28 horas com certificação.

5. Levantamento de Mercado

A escolha do prestador do serviço ESAFI - Escola de Administração e Treinamento LTDA, CNPJ: 35.963.479/0001-46, por meio do site <https://www.esafionline.com.br/semanaorcamentaria>, foi feita com base nas seguintes razões:

- a) Ser uma empresa que presta serviços de treinamento e desenvolvimento, com expertise no assunto,
- b) Objeto singular da contratação, verificado na adequação entre a prestação de serviço e a necessidade de capacitação dos servidores que trabalham com ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTARIA.
- c) Notória especialização dos instrutores, conforme currículo apresentado.

ALESSANDRO REIS: Consultor, professor e palestrante na área de convênios para celebração de instrumentos de repasse. Atua na Elaboração de Projetos para captação de recursos por meio das Transferências Voluntárias. Responsável pelo material e execução das capacitações da Rede Escola de Governo do Rio Grande do Sul. Especialista em Projetos SOCIAIS, com 20 anos de experiência, na área de captação de recursos, monitoramento de contratos de gestão e termos de parceria para entidades privadas sem fins lucrativos (OS e OSCIPS), desenvolvendo planos estratégicos de desenvolvimento para instituições do terceiro setor.

ÉRICA RAMOS DE ALBUQUERQUE: Contadora Federal e servidora pública com experiência de mais de 20 anos. Doutoranda e mestra em Ciências Contábeis na área de atuação de Contabilidade aplicada ao Setor Público. Atualmente é a Contadora Responsável da Justiça Militar da União. Na administração Pública, atuou nas áreas contábil, orçamentária, de licitações, execução orçamentária e financeira, responsabilidade fiscal e gestão patrimonial. Atuou na assessoria técnica das Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, área responsável pela edição do Manual de Demonstrativos Fiscais e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, ambos editados pela STN e pela coordenação dos Grupos Técnicos de Padronização de Relatórios e de Padronização de Procedimentos Contábeis, que debatem o conteúdo dos manuais com representantes da União, Estados e Municípios. É professora das disciplinas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Orçamento Público, Lei de Responsabilidade Fiscal, Gestão Patrimonial, Matriz de Saldos Contábeis (Siconfi e SIAFIC), Conformidade Contábil, Custos no Setor Público, Siafi e Siafem.

FABIANO DE FIGUEIREDO ARAÚJO: Procurador-Geral Adjunto de Consultoria de Pessoal, Normas e Patrimônio PGFN. Mestre em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília. Especialista em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas. Graduado em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba. Procurador da Fazenda Nacional. Professor Universitário. Tem experiência na área de Direito Público, com ênfase em Direito Constitucional, Direito Econômico, Direito Financeiro e Direito Administrativo.

HELOÍSA HELENA GODINHO: Conselheira Substituta do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Mestre em Administração Pública, Políticas Públicas e Gestão Governamental (IDP/UNB). Diretora Institucional do IBDA Instituto Brasileiro de Direito Administrativo. Diretora Financeira do IDAG Instituto de Direito Administrativo de Goiás. Diretora de Controle Externo da AUDICON Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas. Professora convidada de cursos de pós-graduação (ESA/UFG, IGD, Rede Juris, Uni-Anhanguera, IDH/BID, CERS/Estácio, Proordem, Ed. Fórum Cursos). Instrutora em Escolas de Governo (Escola Superior do Ministério Público da União, Escola Superior da Magistratura, Escolas de Contas dos Tribunais de Contas). Instrutora do Instituto Rui Barbosa IRB. Editora Executiva e Presidente do Conselho Editorial da Revista Controle Externo do TCE-GO/Ed. Fórum. Membro do INCP - Instituto Nacional da Contratação Pública. Publica artigos em obras coletivas, revistas e sites. Coordenadora de obras coletivas editadas pela Fórum. Palestrante.

PAULO HENRIQUE FEIJÓ: Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília UNB, com pós-graduação em Contabilidade e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas FGV é Auditor de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional, com atuação na Coordenação Geral de Programação Financeira de 1993 a 2006 e Contador Geral da União de 2006 a

2010. Tem participado de diversas iniciativas voltadas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas, especialmente nos aspectos relacionados com a administração do caixa, a programação e execução financeira, a apuração dos resultados fiscais e contabilidade aplicada ao setor público. Participa de atividades de capacitação de gestores públicos em todo o País e é professor da disciplina Administração Orçamentária e Financeira, Responsabilidade Fiscal e Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

6. Descrição da solução como um todo

A empresa prestadora do serviço ESAFI - Escola de Administração e Treinamento LTDA, é especializada no oferecimento de cursos, treinamentos, consultorias e palestras, ministrados por profissionais do mais alto gabarito, objetivando preparar e atualizar profissionais, de acordo com as necessidades específicas de cada cliente.

Inclusive, a oferta dos cursos in company tem o objetivo de promover a qualificação de qualidade para os profissionais que irão realizar a capacitação, sendo que todo o apoio necessário é disponibilizado por essa empresa.

Dessa forma, a empresa ESAFI tem o compromisso de proporcionar a qualificação profissional com excelência aliada ao suporte necessário para viabilizar esse objetivo.

O curso a ser ofertado sobre Administração Orçamentária e Financeira visa proporcionar aos participantes um referencial teórico e prático abrangente em relação aos aspectos legais e procedimentos necessários para uma eficiente gestão financeira no âmbito da administração pública. A Semana Nacional de Administração Orçamentária e Financeira servirá como um espaço dedicado à aplicação de novas ideias e ao aperfeiçoamento das rotinas de trabalho na gestão pública, buscando fortalecer a integração das entidades públicas e aprimorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Neste contexto, a Administração Pública deve servir de exemplo e contar com servidores qualificados e competentes ao desenvolvimento de suas funções, balizados no fundamento legal (Lei n. 8.666/93 em seus art. 58, inciso III c/c art.67; e a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos n. 14.133/2021 em seus art. 104 e 117, c/c art. 7).

OBJETIVO DA CAPACITAÇÃO:

- Desenvolver habilidades para elaborar planos financeiros sólidos e estratégias de alocação de recursos.
- Compreender o processo de elaboração e execução do orçamento público, incluindo técnicas de orçamentação.
- Aprimorar as técnicas de gestão de recursos públicos, incluindo a otimização de gastos e a redução de desperdícios.
- Promover a transparência na gestão orçamentária e aprender sobre as melhores práticas em governança.
- Explorar as ferramentas tecnológicas disponíveis para aprimorar a administração financeira pública.
- Desenvolver habilidades analíticas para avaliar o desempenho financeiro e tomar decisões informadas.

PUBLICO ALVO:

- Servidores Públicos: Funcionários públicos em cargos relacionados à administração financeira e orçamentária.
- Gestores Públicos: Líderes e gestores responsáveis pela formulação de políticas financeiras e orçamentárias.
- Profissionais de Finanças: Qualquer pessoa interessada em aprimorar suas habilidades em gestão financeira no setor público.

Essa abordagem ampla de capacitação e público-alvo pode contribuir para o sucesso da Semana Nacional de Administração Orçamentária e Financeira, promovendo a eficiência na gestão de recursos públicos e aprimorando a governança no setor público.

DATA DO CURSO: A capacitação será fornecida nos dias 21 a 24 de Novembro de 2023. Duração: 4 dias

HORARIO: 08h30 às 17h00 HORÁRIA: 28 horas com certificação. MODALIDADE: Presencial.

LOCAL DO EVENTO: BRASÍLIA IMPERIAL HOTEL, St. Hoteleiro Sul Q. 3 - Asa Sul, Brasília - DF, 70313-000

CIDADE: BRASÍLIA/DF

EMENTA DO CURSO: DA SEMANA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Professora Érica Albuquerque

- Aspectos Conceituais;
- A natureza do planejamento governamental;

- Indicadores de desempenho;
- PPA e a Governança no Setor Público;
- Alinhamento do Planejamento Estratégico e o PPA;
- Participação Social e Transparência do PPA;
- Elaboração do PPA (primeiro ano de mandato do Poder Executivo);
- PPA 2024 – 2027;
- Monitoramento e Avaliação do PPA nos estados e municípios;
- Integração do PPA e LDO;
- Principais Aspectos da LDO segundo a Constituição e a LRF;
- LDO e o Teto de Gastos no Setor Público;
- Direcionamento da LDO para a LOA;
- Noção Geral da LOA e as suas alterações por meio de Créditos Adicionais.

Professor Fabiano Araújo

- A estrutura jurídica orçamentária como meio de viabilização de políticas públicas: (i) Natureza Jurídica do Orçamento; (ii) Funções do Orçamento e (iii) Princípios Orçamentários.
- Regras Jurídicas Constitucionais para construção de políticas geradoras de despesa pública: (i) Coerência entre as leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA); (ii) Itinerário constitucional para modelagem de despesas de pessoal, da Seguridade Social, de infraestrutura/investimentos e de despesas relativas a subvenções sociais /econômicas (Capítulo II do Título VI da Constituição, art. 113 ADCT, entre outros preceitos)
- Regras contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal para geração de despesa.
- Modelagem da execução orçamentária e a lei de diretrizes orçamentárias.

Professora Érica Albuquerque

- Visão Macro da Execução Orçamentária e Financeira e o seu impacto contábil;
- Alinhamento do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público com foco na natureza da informação contábil;
- Entendendo a Gestão Financeira no Setor Público: Decreto de Execução Orçamentária e Financeira,
- Programação Financeira, Disponibilidade Financeira, Cronograma de Desembolsos, Liberação de Cotas, Recursos Vinculados e o detalhamento por fonte de recursos;
- Estágios (fases e etapas) da Execução da Despesa e da Receita impacto contábil;
- Visão da Execução Orçamentária e financeira nas Demonstrações Contábeis e a importância da correta classificação e o impacto do regime de competência.

Professor Paulo Feijó

- Execução da Despesa Orçamentária
- Etapas da Execução da Despesa;
- Sanções em caso de desrespeito ao Ordenamento Institucional;
- Reconhecimento da Despesa Orçamentária.
- Encerramento do Exercício:
- Fundamentos;
- O que são Restos a Pagar;
- Inscrições em Restos a Pagar em final de mandato;
- Observância da ordem cronológica dos pagamentos;
- Valor da despesa inscrita em Restos a Pagar;
- Cancelamento de Restos a Pagar;
- Vigência dos Restos a Pagar;
- Prescrição de Restos a Pagar;
- Orientações para início de nova administração;
- Despesas de exercícios anteriores;
- Superávits Financeiros de exercícios anteriores.

Professora Heloísa Helena Godinho

- A LRF e as repercussões na gestão pública:

- O planejamento financeiro-orçamentário;
- O equilíbrio financeiro-orçamentário;
- Regras de execução financeiro-orçamentária: contingenciamentos e remanejamentos;
- Regras financeiro-orçamentárias para as contratações públicas: do planejamento à execução contratual.
- Fundamentos da contratação pública sob a ótica do Direito Financeiro;
- Funções das contratações públicas: administrativo-gerenciais, implementadoras de políticas públicas e fomento, indutoras de avanços tecnológicos e competitividade empresarial;
- Relevância material das aquisições e fatos típicos: atividade financeira, atividade administrativa e atividade político-estratégica;
- Planejamento das contratações e as obrigações financeiro-orçamentárias: aquisições ordinárias e emergenciais; planos; riscos e alterações que impactam no planejamento;
- Equilíbrio dos contratos firmados pela Administração Pública: tipos de contratos, seletividade dos objetos, soluções possíveis.
- Zona de interseção entre os temas: aspectos jurídicos e práticos.

Professor Alessandro Reis

- A Constituição e as Emendas;
- art. 166, §§ 9º a 11 e §§ 13 a 19, e art. 166-A.
- Orçamento Geral da União:
- Funcional Programática;
- Classificação Orçamentária da Receita e Despesa;
- Estrutura da programação orçamentária;
- Tipos de programas e suas integrações com as ações orçamentárias;
- Tipos e identificação de emendas;
- O processo legislativo de emendas;
- O SIOP e as Emendas;
- Ciclo orçamentário e as Emendas.
- Emendas Parlamentares:
- Emendas de comissão e comissão mista permanente;
- Emendas de relator-geral;
- Emendas de bancada estadual de execução obrigatória;
- Emendas individuais de execução obrigatória.
- Convênios e Instrumentos de Repasse:
- A Plataforma transfere.gov.br;
- A nova lei de licitações e os convênios públicos;
- As proposições para nova legislação de convênios;
- Obras e serviços de engenharia e o gestor de convênios;
- A Prestação de Contas e a execução de convênios.

INSTRUTORES/FACILITADORES:

ALESSANDRO REIS: Consultor, professor e palestrante na área de convênios para celebração de instrumentos de repasse. Atua na Elaboração de Projetos para captação de recursos por meio das Transferências Voluntárias. Responsável pelo material e execução das capacitações da Rede Escola de Governo do Rio Grande do Sul. Especialista em Projetos SOCIAIS, com 20 anos de experiência, na área de captação de recursos, monitoramento de contratos de gestão e termos de parceria para entidades privadas sem fins lucrativos (OS e OSCIPS), desenvolvendo planos estratégicos de desenvolvimento para instituições do terceiro setor.

ÉRICA RAMOS DE ALBUQUERQUE: Contadora Federal e servidora pública com experiência de mais de 20 anos. Doutoranda e mestra em Ciências Contábeis na área de atuação de Contabilidade aplicada ao Setor Público. Atualmente é a Contadora Responsável da Justiça Militar da União. Na administração Pública, atuou nas áreas contábil, orçamentária, de licitações, execução orçamentária e financeira, responsabilidade fiscal e gestão patrimonial. Atuou na assessoria técnica das Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, área responsável pela edição do Manual de Demonstrativos Fiscais e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, ambos editados pela STN e pela coordenação dos Grupos Técnicos de Padronização de Relatórios e de Padronização de Procedimentos Contábeis, que debatem o conteúdo dos manuais com

representantes da União, Estados e Municípios. É professora das disciplinas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Orçamento Público, Lei de Responsabilidade Fiscal, Gestão Patrimonial, Matriz de Saldos Contábeis (Siconfi e SIAFIC), Conformidade Contábil, Custos no Setor Público, Siafi e Siafem.

FABIANO DE FIGUEIREDO ARAÚJO: Procurador-Geral Adjunto de Consultoria de Pessoal, Normas e Patrimônio – PGFN. Mestre em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília. Especialista em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas. Graduado em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba. Procurador da Fazenda Nacional. Professor Universitário. Tem experiência na área de Direito Público, com ênfase em Direito Constitucional, Direito Econômico, Direito Financeiro e Direito Administrativo.

HELOÍSA HELENA GODINHO: Conselheira Substituta do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Mestre em Administração Pública, Políticas Públicas e Gestão Governamental (IDP/UNB). Diretora Institucional do IBDA – Instituto Brasileiro de Direito Administrativo. Diretora Financeira do IDAG – Instituto de Direito Administrativo de Goiás. Diretora de Controle Externo da AUDICON – Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas. Professora convidada de cursos de pós-graduação (ESA/UFG, IGD, Rede Juris, Uni-Anhanguera, IDH/BID, CERS/Estácio, Proordem, Ed. Fórum Cursos). Instrutora em Escolas de Governo (Escola Superior do Ministério Público da União, Escola Superior da Magistratura, Escolas de Contas dos Tribunais de Contas). Instrutora do Instituto Rui Barbosa – IRB. Editora Executiva e Presidente do Conselho Editorial da Revista Controle Externo do TCE-GO/Ed. Fórum. Membro do INCP - Instituto Nacional da Contratação Pública. Publica artigos em obras coletivas, revistas e sites. Coordenadora de obras coletivas editadas pela Fórum. Palestrante.

PAULO HENRIQUE FEIJÓ: Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília UNB, com pós-graduação em Contabilidade e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas FGV é Auditor de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional, com atuação na Coordenação Geral de Programação Financeira de 1993 a 2006 e Contador Geral da União de 2006 a 2010. Tem participado de diversas iniciativas voltadas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas, especialmente nos aspectos relacionados com a administração do caixa, a programação e execução financeira, a apuração dos resultados fiscais e contabilidade aplicada ao setor público. Participa de atividades de capacitação de gestores públicos em todo o País e é professor da disciplina Administração Orçamentária e Financeira, Responsabilidade Fiscal e Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O quantitativo foi estimado tendo em vista o número de servidores que fazem parte da gestão SEMPOG. Sendo disponibilizado 1 vaga para secretaria.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.890,00

Valor total: R\$ 4.890,00 (quatro mil oitocentos e noventa reais). O Curso será realizado com o quantitativo de 01(um) participante.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da solução não se aplica para a presente contratação, visto se tratar de inexigibilidade para pagamento de inscrição em curso de capacitação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não haverá necessidade de contratações correlatas ou interdependentes para a presente contratação, visto se tratar de inexigibilidade para pagamento de inscrição em curso de capacitação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Proporcionar capacitação aos servidores se torna essencial para a Administração Pública, pois proporciona aos mesmos aprimoramento de habilidades já existentes. A capacitação oferecida durante a Semana Nacional de Administração Orçamentária e Financeira visa não apenas fortalecer as competências individuais dos servidores, mas também contribuir para o desenvolvimento de uma cultura organizacional voltada para a excelência na administração pública. A Semana Nacional de Administração Orçamentária e Financeira desempenha um papel crucial nesse processo, criando um ambiente propício para o aprendizado e o desenvolvimento das habilidades necessárias para uma administração pública de alta qualidade, além de trazer atualização dos procedimentos e regulamentos a serem adotados na gestão municipal.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

OS RESULTADOS ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO AO FINAL DO CURSO.

- Promover a capacidade em Planejamento Financeiro.
- Compreender o processo de elaboração e execução do orçamento público.
- Aprimorar as técnicas de gestão de recursos públicos, incluindo a otimização de gastos e a redução de desperdícios.
- Promover a transparência na gestão orçamentária e aprender sobre as melhores práticas em governança.
- Auxiliar no fortalecimento e entendimento na práticas de capacitar a análise de desenvolver habilidades analíticas para avaliar o desempenho financeiro e tomar decisões informadas.
- Promover capacitação de explorar as ferramentas tecnológicas disponíveis para aprimorar a administração financeira pública
- Realizar competências e responsabilidades no âmbito das transferências.
- Promover procedimentos e Manifestação de Interesse Social.
- Realizar Práticas de monitoramento, avaliação e controle Impacto orçamentário e financeiro

13. Providências a serem Adotadas

Proporcionar capacitação aos servidores se torna essencial para a Administração Pública, pois proporciona aos mesmos aprimoramento de habilidades já existentes, a capacitação durante a Semana Nacional de Administração Orçamentária e Financeira visa não apenas fortalecer as competências individuais dos servidores, mas também contribuir para o desenvolvimento de uma cultura organizacional voltada para a excelência na administração pública. Ao promover o aperfeiçoamento contínuo, essa iniciativa beneficia não apenas os servidores, mas também a sociedade como um todo, ao garantir uma gestão mais eficaz dos recursos públicos e uma maior transparência na prestação de serviços públicos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os critérios de sustentabilidade exigidos neste Estudo Técnico Preliminar serão de acordo com a Lei 14.133/21, e Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e subsidiariamente a Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000. A empresa deverá adotar todos os cuidados ambientais necessários, alinhados a um desenvolvimento sustentável, na execução dos serviços.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELIZETE GONCALVES DE LIMA
SECRETARIO MUN DE PLANEJAMENT (COMISSAO)

GREZIANE DOS SANTOS
AGENTE ADMINISTRATIVO